



*Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 26 de
fevereiro de 2021*

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, por videoconferência, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Obra de construção de muro de suporte, pavimentação e drenagem no Beco da Rua Mariana Guttierrez de Morais Paquete em Santiago do Escoural -----

2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Ciborro – Construção de telheiro no estaleiro da Junta de Freguesia, propriedade Municipal, em Ciborro -----

3º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Empreitada de Pontão na estrada de acesso de Silveiras a Baldios -----

4º. Ponto – Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Intervenção de Pavimentação e Drenagem na Rua dos Lavadouros em S. Geraldo -----

5º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Manutenção do Largo de São Francisco em Montemor-o-Novo -----

6º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Construção de passeio na Rua Feliciano Lopes Galvão em Cortiçadas de Lavre -----

7º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Construção de passeio na Rua 1º. de Maio em Cortiçadas de Lavre -----

8º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Poda de árvores e recolha de resíduos verdes -----

9º. Ponto – Declarações ao abrigo da Lei nº8/2012 (LCP) – Pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2020 (para conhecimento) -----

10º. Ponto - Declarações ao abrigo da Lei nº8/2012 (LCP) – Compromissos Plurianuais (para conhecimento) -----

11º. Ponto - Declarações ao abrigo da Lei nº8/2012 (LCP) – Recebimentos em atraso – 2020 (para conhecimento) -----

12º. Ponto - Proposta de prorrogação das Medidas Preventivas da Zona Industrial da Adua -----

13º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D’Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Pascoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Susana Raquel Vicente Mendes, registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Adriano Mateus Pinetra, as Senhoras Vereadoras Carmem Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esteve ausente, por motivos de doença. ---

Voltou a usar da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar à consideração dos eleitos uma proposta de alteração à ordem de trabalhos com a introdução de um novo ponto, com a seguinte designação: Proposta de prorrogação das Medidas Preventivas da Zona Industrial da Adua, a qual foi aprovada, por maioria, com uma abstenção. -----

Ainda no uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos eleitos a proposta de ata da sessão ordinária que decorreu no dia vinte e sete de novembro de dois mil e não havendo qualquer proposta de alteração foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Pedi para usar da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão, senhor António Fitas para apresentar uma Tomada de Posição denominada “Contra o Encerramento dos Postos da GNR nas Freguesias Rurais”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Na sequência das medidas de contingência assumidas pela GNR no contexto da pandemia de Covid-19 as freguesias rurais de Cabrela, Escoural, S. Cristóvão e Lavre, no concelho de Montemor-o-Novo foram, no decorrer de fevereiro de 2021, confrontadas com o encerramento dos Postos da GNR, situação que levanta grandes preocupações para a população. -----

Infelizmente este está longe de ser o primeiro problema com os Postos da GNR nas freguesias rurais, recordemos que que a luta pela Segurança dos Montemorenses já

tem vários anos e que os efetivos da GNR têm sido diminuídos na cidade e nas freguesias, onde praticamente não existe patrulhamento nas ruas. -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal não podem deixar de acompanhar as populações temendo que o pretexto da Pandemia sirva para encerrar permanentemente os postos das nossas freguesias, já de si reduzidos a serviços mínimos. -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reafirmam que é necessário reforçar as condições das forças de segurança, dotando-as de equipamentos e meios necessários ao cumprimento das suas missões operacionais de proximidade. Trata-se de um serviço de proximidade muito importante para a dissuasão da criminalidade, para a redução da vulnerabilidade dos mais idosos e para a segurança destas populações. -----

A concretizarem-se estas medidas o Governo está a dar mais um sinal de abandono do interior, promovendo uma política de concentração, que potencia o despovoamento dos territórios que já possuem muito baixa densidade. -----

Face ao exposto os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor, reunida em sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2021 deliberam: -----

1 - Apelar ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Administração Interna, e demais entidades competentes a reversão deste tipo de medidas, tendo em consideração a necessidade de garantir os serviços de proximidade às populações do interior, concretamente o serviço de segurança, e evitar novas necessidades de deslocação neste tempo de pandemia a pessoas com fracos recursos. -----

2 – Manifestar solidariedade para com as populações afetadas por mais este corte de um serviço público. -----

A Pandemia não pode servir de desculpa para encerrar tudo! -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal -----
26 de fevereiro de 2021” -----

Ainda no uso da palavra, acrescentou que a segurança às populações, principalmente as mais vulneráveis do interior do país, deveria estar sempre assegurada, o que não está a acontecer. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Interveio de seguida o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para demonstrar a sua incompreensão, em nome dos eleitos da União de Freguesias, pelo facto do governo ter passado a perna a todas às freguesias com a proposta de lei que apresentou em dezembro na Assembleia da República, a qual estipula critérios que inviabilizam a reposição de qualquer freguesia até ao final deste mandato autárquico, contrariamente ao que o governo tinha já prometido. -----

A questão que tinha sido negociada entre o governo e a Associação Nacional de Freguesias seria a criação de um regime transitório, até às eleições autárquicas, que permitisse, não extinguir, mas sim corrigir algumas situações que estariam menos bem tratadas, a nível nacional. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Guilherme Franco, o qual apresentou uma Tomada de Posição denominada “Pela

Igualdade no acesso à Educação e pelo cumprimento efetivo do Programa de Transição Digital”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Vivemos tempos excecionais e complexos provocados pela Pandemia da COVID-19, que trouxe ao Mundo e ao País novas exigências na construção de soluções que garantam a continuidade da defesa de direitos conquistados e o desenvolvimento de medidas para a sua concretização. -----

Considerando o agravamento da situação pandémica no País e no nosso concelho, o Ensino à distância é agora uma realidade, sendo fundamental garantir a igualdade do processo de aprendizagem para todos os alunos, independentemente dos recursos económicos e do seu local de residência. Cabe ao Governo garantir este direito e promover o efetivo cumprimento do Programa de Transição Digital, como aliás anunciado em abril de 2020. -----

Com a retoma das aulas à distância em fevereiro de 2021, verificam-se, quer no País quer no Concelho, enormes atrasos na concretização do referido Programa, estando milhares de alunos sem meios tecnológicos que lhes permitam ter aulas à distância. ----

Dos computadores prometidos e anunciados pelo Governo, a num universo de cerca de 1500 alunos do Agrupamento de Montemor-o-Novo, do 1º ciclo ao ensino secundário, foram entregues, até 19 de fevereiro, 93 equipamentos. -----

Verificam-se, quer no País quer no Concelho, enormes atrasos na concretização do referido Programa estando milhares de alunos sem meios tecnológicos que lhes permitam ter aulas à distância, seja por falta de equipamentos informáticos, seja por falta de cobertura de internet. -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo não podem deixar de se mostrar preocupados relativamente à eficácia da implementação do Plano de Ensino à Distância, já comunicado aos alunos e encarregados de educação do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, sem que previamente tenha sido garantido que todos os alunos têm as condições necessárias para participar inclusivamente neste Plano, desde logo com os equipamentos e meios imprescindíveis para a sua concretização bem como a cobertura de rede móvel, a abranger todo o Concelho de Montemor-o-Novo. -----

É necessário que, de uma vez por todas, o Governo assuma as medidas estruturais de garantia de acesso de todos à Escola Pública e de Qualidade. -----

Face ao exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida em sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2021 deliberam: -----

- 1. Exigir ao Governo o efetivo cumprimento do Programa de Transição Digital, garantindo que todos os alunos tenham os equipamentos e meios imprescindíveis para a concretização das suas aulas à distância; -----*
- 2. Reivindicar ao Governo que tome medidas urgentes que permitam alargar a cobertura da rede móvel que, neste momento, é manifestamente insuficiente no concelho de Montemor-o-Novo, prejudicando Alunos e Professor do Concelho e não criando uma igualdade a nível nacional; -----*
- 3. Que se cumpra o desígnio Constitucional que afirma a Educação Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade, em suma, que se garanta a igualdade de todos os alunos no que concerne ao acesso à Educação; -----*
- 4. Reivindicar ao Governo o regresso às aulas presenciais assim que possível, associando os meios necessários para um apoio e ensino mais individualizados, -----*

colmatando as desigualdades na aprendizagem atingidas com o ensino à distância, entre os quais, com menos alunos por turma, mais professores, técnicos especializados e mais auxiliares, assim como as medidas de proteção sanitária adequadas. -----

Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021” -----

Pediu a palavra o eleito senhor Carlos Zorrinho dizendo que é fundamental que tanto o Governo, como as autarquias colaborem para que os impactos sejam os menores possíveis para os mais jovens. Disse também que os professores, as famílias e os jovens merecem uma saudação pelo esforço que têm desenvolvido. Lamentou a forma como a Tomada de Posição está redigida, porque foi apenas uma arma de arremesso ao governo, porque não se trata de uma guerra contra o governo. O governo não fez tudo bem, mas as dificuldades também foram muitas. Os eleitos pelo Partido Socialista vão abster-se. -----

De seguida, interveio o eleito senhor Luis Machado afirmando que houve alguns países que aprenderam com esta Pandemia, mas Portugal parece que não. Trata-se de uma situação bastante grave em que o governo não conseguiu cumprir aquilo a que se tinha comprometido. Questionou ainda o executivo sobre que tipo de investimento foi feito pelo Município no sentido de suprimir esta necessidade. -----

Usou da palavra a eleita senhora Sónia Ramos para dizer que o concurso público começou por ser lançado tardiamente no final do ano dois mil e vinte e por essa razão os computadores estão a chegar a conta gotas. Acrescentou ainda que este governo tem falhado tanto nas questões da educação, como da saúde e que deveria mesmo pedir desculpas aos portugueses. Comprometeu-se também a arranjar uma solução tecnológica para que ninguém ficasse para trás, o que também não cumpriu. Terminou a sua intervenção informando que votará favoravelmente esta moção. -----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, senhor António Fitas dizendo que concorda com as anteriores intervenções. Na freguesia a que preside, o problema da rede móvel tem-se agravado de semana para semana e nas zonas em que apenas existe um operador a dominar tudo, a situação ainda é mais complicada, quer seja em termos de rede fixa ou móvel. Para além dos equipamentos, é imprescindível também haver cobertura de rede com qualidade, de modo a que ninguém fique para trás. -----

Ainda sobre o documento, solicitou de novo a palavra o eleito senhor Carlos Zorrinho salientando que o problema central é o problema das famílias e dos jovens que não conseguem aceder à rede, mas a questão da cobertura de rede também é essencial. --- Propôs a introdução de uma nota no documento pedindo que no próximo programa de recuperação e resiliência possamos ter, aqui para o Alentejo equidade no acesso à rede. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Guilherme Franco afirmando que não pretende fazer qualquer alteração ao documento, fazendo a proposta para que os eleitos do Partido Socialista apresentem numa próxima sessão um documento sobre esta temática. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pela CDU(16); pelo CDS-PP(2) e pelo PSD(1) e 9 abstenções dos eleitos pelo PS. -----

4

Seguidamente tomou a palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer os eleitos sobre o facto de não ter aceite a documentação remetida pelos eleitos do CDS-PP, uma vez que foi enviada após o prazo estipulado. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Xavier referindo que a senhora Presidente da Assembleia Municipal não tem qualquer fundamentação legal para não aceitar o Voto de Pesar pelo falecimento de Simão Comenda, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

Simão José Nunes Gomes Comenda, nasceu em Montemor-o-Novo a 30 de agosto de 1940 e foi forçado do Grupo de Forçados Amadores de Montemor-o-Novo de 23 e setembro de 1957 a 1971. -----

Integrou o Grupo de Forçados que, pela primeira vez, atuou em Jacarta (Indonésia) perante uma plateia de mais de cem mil pessoas. Pegou, também, no México, nos EUA, em Espanha e no Canadá tendo capitaneado as seleções de forçados lusos que atuaram naqueles países. -----

Defensor do Mundo Rural e da sua cultura, o Mestre Simão Comenda foi, também, empresário tauromáquico, membro da mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo e comentador da RTP. -----

Figura incontornável da tauromaquia nacional e internacional por consequência, uma figura de Montemor-o-Novo. -----

Partiu um defensor das tradições, liberdades e cultura do Mundo Rural, mas sempre resistirá o seu legado. -----

Assim, pelo acima exposto, os eleitos do CDS-PP na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo propõem a esta Assembleia que aprove este voto de pesar pelo falecimento do "Mestre" Simão Comenda, prestando, desta forma, uma última homenagem pública um conterrâneo que elevou e levou o nome de Montemor-o-Novo por esse Mundo fora. -----

Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021 -----

Sobre esta temática, o eleito senhor Joaquim Galvão e uma vez que a Assembleia Municipal é soberana na decisão de alguns documentos serem ou não sujeitos a votação, propôs que a senhora Presidente da Assembleia possa colocar à consideração dos eleitos se o documento deverá ser aceite e posteriormente votado. -----

Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para dizer que um Voto de Pesar não é um documento que deva ser apresentado obrigatoriamente por escrito. -----

Assim sendo, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato à apreciação dos eleitos, sendo decidida a sua admissão. -----

Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para subscrever as palavras apresentadas no Voto de Pesar, endereçando, em nome da União de Freguesias e em seu nome pessoal as condolências à família enlutada. -----

Também o eleito senhor Joaquim Galvão referiu que Simão Comenda foi um grande montemorense, foi das pessoas mais honestas e mais montemorenses que conheceu, deixando também as condolências a toda a família. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor António Xavier pedindo ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que explicasse a razão pela qual a Câmara Municipal terá decidido não intervir na remoção do amianto na Escola EB 2,3 de S. João de Deus.- Pediu para intervir o eleito senhor Augusto Pascoal para apresentar uma recomendação, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

Considerando que: -----

Em 27 de março de 2014, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, através de contrato de comodato, cedeu à Ofício das Artes - Escola Profissional de Montemor-o-Novo, o edifício sito na Rua 5 de Outubro, n.º 55, para ali funcionar a Escola Profissional; -----

O adiantado estado de degradação próximo da ruína, obrigou a uma intervenção de reabilitação profunda no edifício, dotando-o das benfeitorias necessárias a permitir a sua utilização, que até então era impossível; -----

Estas obras que devolveram a dignidade a este edifício municipal, dotando-o de todas as condições necessárias para ser utilizado, foram suportadas pela Associação, que para o efeito teve de contrair um empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola no montante de € 305.000,00; -----

Entretanto, no final do ano letivo 2018/19, a meio da vigência referido do contrato de comodato, a Ofício das Artes cessou funções, devido a problemas decorrentes da situação financeira insustentável que vivia e por falta de alunos matriculados na Escola Profissional para o ano letivo seguinte; -----

Por este motivo, a Câmara Municipal, deliberou, na sua reunião do dia 16 de outubro de 2019, a denúncia do contrato de comodato, a meio da sua vigência e tomou a posse plena do edifício. -----

A Ofício das Artes foi declarada insolvente em janeiro de 2020, no âmbito de processo judicial que correu termos no Tribunal de Montemor-o-Novo; -----

O Município, quando rescindiu o contrato de comodato, não ressarciu a Associação Ofício das Artes com o valor correspondente à diferença entre o que esta entidade pagou pelas benfeitorias realizadas no imóvel e o montante disponibilizado pela Câmara Municipal de acordo com o protocolo celebrado e também não compensou a massa insolvente, quando foi instada a fazê-lo pelo Administrador de Insolvência, por, segundo ele informou, não reconhecer as obras realizadas no imóvel; -----

No âmbito da insolvência foi reclamado pela Caixa de Crédito Agrícola, como crédito sobre a Associação, o montante à data em dívida do empréstimo contraído para realizar as referidas benfeitorias no imóvel cedido pela Edilidade, no valor aproximado de €160.000, acrescidos de juros de mora desde outubro de 2019; -----

Por a massa falida não dispor de receitas para liquidar tal dívida, os avalistas do empréstimo estão a ser interpelados judicialmente para pagarem esta dívida contraída para realizar as obras; -----

Neste momento, o imóvel retirado da ruína eminente através da recuperação realizada pela Associado, aloja serviços da edilidade, que aí funcionam com todas as condições exigidas para o efeito; -----

Se forem os avalistas a liquidar a dívida contraída pela Associação para recuperar o edifício onde funcionam serviços municipais, tal configura um enriquecimento do

património municipal com o correspondente empobrecimento destes dois cidadãos, com as devidas repercussões nas respetivas famílias; -----

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem entendimento diferente, defende que nada tem a pagar. -----

O prolongar da indefinição desta situação, em que a utilização da via judicial pode adiar por longos anos o alcance de uma decisão final, tem graves consequências quer para o Município quer para os avalistas. -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo delibera recomendar à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo que, mantendo a Edilidade a sua posição de não assumir a responsabilidade atrás identificada, aceite a constituição de um Tribunal Arbitral com vista à resolução do litígio aqui identificado. -----

Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021 -----

Augusto Francisco Rebotim Pascoal -----

Membro da Assembleia Municipal -----

Disse ainda o mesmo eleito que se trata de um assunto de extrema importância, o qual, na sua opinião, deveria ser resolvido ainda no mandato deste executivo municipal. -----

Sobre o documento, o eleito senhor António Xavier afirmou que a Câmara Municipal não está a ser uma pessoa de boa-fé e se não resolveu a situação até à presente data, não será por via desta recomendação que será resolvida. Na sua opinião, esta questão já deveria estar a ser tratada nos tribunais, porque os visados apenas estão a perder tempo. Seguidamente perguntou ao senhor Vice-Presidente se atualmente existem funcionários da Câmara a trabalhar naquele local. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado salientou que no seu dia a dia depara-se com muitas situações idênticas. A Assembleia Municipal não deve envolver-se neste tipo de questões por se tratar de um órgão político, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo. Entende que esta ação já deveria estar em tribunal, há bastante tempo, ou seja, a partir do momento em que os lesados verificaram que existia uma situação de enriquecimento sem causa, por parte do Município. -----

Ainda sobre o documento em discussão a eleita senhora Sónia Ramos considera que existe um interesse pessoal na apresentação desta recomendação, mas que a Câmara deverá explicar porque razão entende não ter que indemnizar os lesados, uma vez que, pelo que parece a Câmara ficou beneficiada pelas obras no edifício em causa. -----
Considera ainda que a Câmara Municipal deverá dar conhecimento aos eleitos da Assembleia Municipal do parecer elaborado pelo advogado relativamente à questão. --
Pedi de novo a palavra o eleito senhor Augusto Pascoal afirmando que não se avançou com a ação judicial porque houve uma tentativa de aproximação de posições com a Câmara Municipal, desde novembro, mas que não se concluiu de forma positiva. Conclui, afirmando que era necessário que a Câmara aceitasse a constituição desse Tribunal. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a recomendação à votação. -----

Deliberação: Reprovada, com quinze votos contra dos eleitos pela CDU, oito votos a favor de eleitos pelo PS e cinco abstenções de eleitos pela CDU(1), pelo PS(1), pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

Pediu para usar da palavra a eleita senhora Susana Picanço para apresentar uma Saudação denominada: Dia Internacional da Mulher – 8 de março - Saudação às Mulheres, a qual se apresenta transcrita seguidamente: -----

O Dia Internacional da Mulher relembra a história de luta das mulheres pela conquista da igualdade de direitos. Celebrar o Dia Internacional da Mulher é celebrar toda a transformação social que se reflete numa sociedade mais justa. Em Portugal, apesar da Revolução de Abril e da Constituição da República Portuguesa ainda nada é suficiente, para garantir essa igualdade. No entanto, os direitos consagrados na lei são fruto da luta de muitas gerações de mulheres, uma luta sempre atual, pela concretização de políticas que combatam o desemprego, a precariedade, os baixos salários, a discriminação salarial e a desregulação dos horários de trabalho; respeitem a função social da maternidade e assegurem o direito das mulheres a terem os filhos que desejam; valorizem os salários e pensões; combatam a violência contra as mulheres e as raparigas e reforcem a proteção e o apoio às vítimas; promovam o direito à saúde para todos e a saúde sexual e reprodutiva, no quadro do SNS e valorizem o estatuto social das mulheres, as suas qualificações e saberes. -----

A contribuição das mulheres para o desenvolvimento do Mundo, do País e do Concelho é inquestionável e imprescindível. -----

A Assembleia Municipal Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2021, saúda: -----

- todas as Mulheres, seja qual for a sua ocupação, e solicita que não desistam e enfrentem a vida todos os dias com grande coragem; -----

- todas as Mulheres que assumem mais trabalho e responsabilidades para além da sua profissão e família, participando na vida de instituições, associações e autarquias; -----

- em particular todas as Mulheres do concelho, apelando a que persistam na luta pela defesa da sua dignidade, por uma plena igualdade de oportunidades, contribuindo para um concelho sempre em desenvolvimento. -----

Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021 -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

O eleito senhor Joaquim Bastos pediu a palavra seguidamente para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Luis Salgueiro, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

“Manuel Luis Salgueiro nasceu em Montemor-o-Novo a 30 de Maio de 1938, onde residiu até 1965, mudando-se para a então vila do Cartaxo por motivos de ordem profissional, tendo falecido no passado dia 20 de Dezembro de 2020. -----

Dotado de uma simpatia e humanidade fora do comum, cedo se integrou na vida social cartaxense, que o recebeu como se fosse mais um dos seus filhos. Perante estas qualidades, foi fácil fazer amigos que o levariam desde logo a integrar os órgãos diretivos de várias Instituições Culturais, Desportivas, Recreativas e de Solidariedade Social. -----

A política nunca esteve nos seus horizontes, mas os convites constantes das várias

forças políticas locais para integrar as suas listas, levou-o um dia e em boa hora, a aceitar. -----

Durante 20 anos (1993 a 2013) foi Presidente da Junta de Freguesia do Cartaxo, eleito como independente nas listas do Partido Socialista, cargo que exerceu com honra, dignidade e bem servir o próximo. -----

No dia 31 de Maio de 2018, em cerimónia levada a efeito no Cine Teatro pela Câmara Municipal do Cartaxo, como reconhecimento da obra notável realizada ao longo de quase meio século em prol da população do concelho, foi nomeado seu Cidadão Honorário, tendo-lhe sido entregue a Medalha de Ouro da Cidade. -----

Face ao exposto, caso venha a ser aprovado, deverá ser remetida cópia à família, Câmara Municipal e Junta de Freguesia do Cartaxo -----

Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021 -----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para subscrever o Voto de Pesar e para manifestar as maiores condolências, em nome da União de Freguesias que representa e também em seu nome pessoal, quer à sua família, quer à Junta de Freguesia do Cartaxo. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade -----

De seguida usou da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de Custódio Manuel, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

“Os eleitos pela CDU nesta Assembleia Municipal, perante a notícia do falecimento de Custódio Manuel, deliberam apresentar o seguinte Voto de Pesar: -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo manifesta o seu mais profundo e sentido pesar pelo falecimento de Custódio Manuel prestando, deste modo, a homenagem à memória de um dos grandes construtores do Poder Local Democrático no Concelho de Montemor-o-Novo. -----

Custódio Manuel, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, fez parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Nas primeiras eleições autárquicas democráticas assumiu o cargo de Vereador pela FEPU, cargo para o qual voltaria a ser reeleito várias vezes, ajudando a alavancar um concelho que agora, com a força do povo e do Poder Local Democrático, se começava a desenvolver como nunca antes. -----

Foi Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sra. da Vila, desde o primeiro momento, ativo e empenhado nas Organizações de Base Popular do Concelho de Montemor-o-Novo. -----

Foi ainda Encarregado Geral do Setor Operacional deste Município, contribuindo sempre puru o bem-estar da nossa população. -----

Custódio Manuel foi sempre um apaixonado por Montemor-o-Novo! -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo propõem que se delibere: -----

- Manifestar o seu pesar pelo falecimento de Custódio Manuel, prestando uma última homenagem pública a um Homem que tanto deu a Montemor-o-Novo; -----

- À sua família e amigos, apresentar as mais sentidas condolências. -----

*Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal -----
Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021 -----*

Sobre este Voto de Pesar, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para informar que a mesma decretou luto, colocando a bandeira a meia haste, porque Custódio Manuel presidiu aquela freguesia, agradecendo ainda tudo o que lutou por Montemor. A União de Freguesias endereçou também as mais sentidas condolências à sua família. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Usou da palavra o eleito senhor Joaquim Gervásio para apresentar uma Moção denominada "Atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, aos trabalhadores abrangidos, de acordo com o previsto no art.º 24º da Lei do Orçamento de Estado para 2021, no Município de Montemor-o-Novo", a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

O Serviço Público de proximidade, vital para as populações e para o seu bem-estar, exige de muitos trabalhadores a exposição diária a riscos. A presente crise sanitária tornou ainda mais evidente o caráter essencial e decisivo da atividade destes trabalhadores, alargando o consenso social no reconhecimento dos mesmos e da imperiosa necessidade de estes verem o seu trabalho efetivamente reconhecido e valorizado. -----

Previsto na lei, pelo menos desde 1989, o Suplemento de Insalubridade e Penosidade está agora, em consequência da justa reivindicação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, que lutam há 31 anos pela concretização deste direito, previsto no art.º 24º da Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021. -----

Assim, considerando: -----

- Que existem trabalhadores da carreira de assistente operacional que exercem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas; -----*
- Que o exercício de tais funções resulta numa comprovada sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, apresentando todas elas um alto nível de penosidade ou insalubridade; -----*
- As dúvidas suscitadas pela verificação de um erro no processo legislativo, que conduziria à interpretação de que, ao reconhecimento do nível alto de penosidade ou insalubridade, corresponderia um valor do suplemento remuneratório, atribuído por cada dia de trabalho efetivamente prestado, inferior ao nível médio. -----*

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo decidiu, e bem, pela aplicação deste suplemento com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores, definidos no âmbito da Lei, que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade, tendo em conta a admissão da resolução de um erro legislativo, por via da assunção por parte dos serviços da administração central (DGAEP), de uma interpretação que ultrapassa o anacronismo que feria a



referida lei na definição dos graus de penosidade e risco a atribuir. -----
É, ainda, fundamental que o direito a este suplemento seja alargado a outras funções,
da carreira de assistente operacional que exercem funções e tarefas de risco, pelo que
deve o Governo reequacionar o âmbito de aplicação deste Suplemento. -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida por meios eletrónicos em
26.02.2021, congratula-se pela posição assumida pela Camara Municipal e saúda os
trabalhadores e respetivas estruturas representativas pela vitória assim alcançada,
reclamando o necessário alargamento deste direito a todos os trabalhadores que
assumem funções de risco. -----

Exorta ainda, também, as demais autarquias do País, que ainda não o fizeram, a seguir
este exemplo e assim resolver uma situação da mais elementar justiça social e de
valorização destes trabalhadores. -----

Da aprovação desta Moção deve ser dado conhecimento aos trabalhadores da
Autarquia bem como às suas estruturas representativas. -----

26 de fevereiro de 2021 -----

Ainda no uso da palavra, o eleito pela CDU afirmou também que estes trabalhadores
deveriam ser considerados heróis, porque em outros países isso acontece e para além
disso também têm outro tipo de regalias. Assim, a atribuição deste suplemento é um
pequeno passo para o caminho a seguir. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia
Municipal colocou a moção a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

De seguida a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à eleita
senhora Sónia Ramos, a qual apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal
denominada "O PSD recomenda à Câmara Municipal a requalificação imediata da
Ecopista, apresentando-se transcrita de seguida: -----

A deputada municipal eleita pelo PSD, no âmbito do Regimento em vigor da
Assembleia de Montemor-o-Novo, vem recomendar à Camara Municipal a
requalificação urgente da Ecopista, nos seguintes termos: -----

Resultante da parceria entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a REFER, a
Ecopista do Montado é uma infraestrutura desportiva, recreativa e de lazer que
possibilita a prática de atividades ao ar livre, nomeadamente, caminhadas, passeios
ciclo turísticos e BTT, passeios a cavalo e outros ao longo de cerca de 13 km. -----

Este troço começa na antiga Estação CP da cidade, desativada em 1988 e passa pela
povoação e respetivo apeadeiro de Paião, terminando na estação de Torre da
Gadanha, onde se estabelece a ligação com a Rede Local de Turismo de Natureza, já
implementada. -----

A Ecopista de Montemor atravessa uma importante área natural - o Sítio de
Monfurado, que alberga espécies de flora e fauna de interesse comunitário. Trata-se de
uma área dominada pelo montado, sendo considerada uma zona de grande
importância para a conservação de diversas espécies de morcegos. -----

Tem, por isso, uma dupla importância para os montemorenses, não só por
corresponder a um local de desporto e lazer como representa um foco importante de
biodiversidade. -----

Contudo, a ecopista necessita de uma intervenção urgente nos seus equipamentos e
via, com vista a garantir a segurança dos transeuntes. -----

O percurso da Ecopista e a ponte de caminho de ferro, junto à antiga estação de Montemor, foram alvo de requalificação e arranjo paisagístico com vista à sua inauguração, em 8 de março de 2009. -----

Desde então não mais sofreu intervenção ao nível da requalificação dos espaços e equipamentos: as madeiras estão deterioradas e apodrecidas; os bancos e espaços de descanso degradados, as ervas e silvas engoliram a via pedonal. -----

As vedações em madeira estão incompletas apresentando falhas ao longo do percurso. Sucumbiram com a degradação provocada pelo decurso do tempo. -----

O início e o fim da ponte de ferro sobre o rio Almansor carece de maior proteção. Reforçada e urgente. As suas extremidades não se encontram vedadas de forma a evitar a quebra dos transeuntes. Sendo um percurso transitável por crianças urge ter cuidados de proteção redobrados. Tal não aconteceu até hoje. -----

O PSD não se conforma com o estado de degradação da ecopista e seus equipamentos, especialmente o equipamento de proteção e segurança. Assim, -----

A eleita do PSD propõe à Assembleia Municipal que vote favoravelmente a presente recomendação para a requalificação urgente da ecopista pelas razões mais elementares de segurança dos montemorenses. -----

Se aprovada deverá ser enviada aos órgãos de comunicação social locais e distritais. ---

A Deputada Municipal do PSD -----

Sónia Ramos -----

Montemor-o-Novo, 26 de fevereiro de 2021" -----

Ainda no uso da palavra referiu-se à importância da Estratégia Local de Habitação para o concelho, questionando o senhor Vice-Presidente sobre quais são as principais prioridades definidas nesse instrumento. -----

Sobre o documento apresentado, interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal propondo uma alteração ao texto. Referiu ter conhecimento que pelo menos duas vezes por ano tem havido alguma manutenção no que respeita faixas de gestão de combustível, lamentando ainda os atos de vandalismo que frequentemente a Ecopista tem sofrido, nos últimos tempos. Disse ainda que, tratando-se de uma recomendação à Câmara Municipal, e à semelhança de outras recomendações, no caso de aprovação será remetida apenas à Câmara Municipal e não aos órgãos de comunicação social. -----

Voltou a usar da palavra a eleita senhora Sónia Ramos dizendo que concorda com a proposta apresentada pela senhora Presidente da Assembleia. Considera que os equipamentos se encontram danificados devido ao uso e à intempérie e apenas consequências de vandalismo. -----

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado afirmando que houve um grande investimento na Ecopista, por parte da Câmara Municipal, referindo-se a acontecimentos que decorreram mesmo no dia da sua inauguração e que envolveu um proprietário de um terreno junto à Torre da Gadanha. Apesar de não ter sido feita uma manutenção contínua dos equipamentos, tem sido feita alguma requalificação ao longo dos anos. Também partilha da opinião que a Ecopista necessita de uma intervenção muito importante, neste momento, pelo que subscreve a recomendação apresentada. -----

4

Usou da palavra o eleito senhor Luís Machado referindo que possivelmente nestes tempos de pandemia terá havido um aumento do fluxo de utilizadores neste equipamento, no âmbito dos passeios higiénicos permitidos. Considera que não deve ser generalizada esta atitude a todos os proprietários. -----

O eleito senhor Alexandre Pirata pediu a palavra, afirmando que concorda com a recomendação, salientando que foi um dos grandes investimentos realizados em Montemor, mas que existe falta de manutenção periódica dos equipamentos instalados, bem como de limpeza de bermas e silvados. -----

Ainda sobre o documento em discussão, interveio o eleito senhor Carlos Zorrinho salientando que para ser tratado como um documento público teria de ser uma moção e não uma recomendação à Câmara Municipal. Disse ainda que com a sua intervenção a senhora Presidente da Assembleia Municipal exerceu também em simultâneo as funções de Presidente da Câmara Municipal, o que tem um significado político. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal para questionar a Câmara Municipal sobre que tipo de intervenções estão previstas para a Ecopista. -----

O eleito pelo CDS-PP, senhor Luis Machado questionou a Câmara Municipal quando foi a ultima vez que existiram contactos com os proprietários dos terrenos junto à Ecopista sobre a limpeza dos mesmos e sobre questões relacionadas com vedações. ---

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato a recomendação à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Luis Machado para congratular a Assembleia Municipal pela realização desta sessão por esta via, verificando-se que não surgiram muitas dúvidas ou dificuldades na sua realização. -----

Referiu-se de seguida a publicação de um contrato na plataforma base relativo à aquisição de monitores interativos para a Escola Básica Nº1 e questionou o senhor Vereador Gil Porto sobre que tipo de monitores diz respeito. -----

Perguntou também se existe alguma estratégia a nível municipal de poupança a nível de impressão e do meio ambiente, uma vez que os níveis de impressão serão por certo muito altos. Referiu-se ainda a uma aquisição de serviços relacionada com a estratégia alimentar para o concelho, solicitando mais informações sobre a mesma. -----

Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que se ia dar inicio à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Obra de construção de muro de suporte, pavimentação e drenagem no Beco da Rua Mariana Guttierrez de Morais Paquete em Santiago do Escoural -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta apresentada tem o valor de quinze mil, seiscentos e oitenta e sete euros e cinco cêntimos e que o Município irá participar o valor total da obra e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural assume a sua fiscalização. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----



2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cíborro – Construção de telheiro no estaleiro da Junta de Freguesia, propriedade Municipal, em Cíborro -----

Quanto a esta proposta, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que diz respeito a um Protocolo com a Junta de Freguesia de Cíborro, também participado pelo Município na sua totalidade e em que a Junta de Freguesia assume a execução da referida intervenção. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

3º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Empreitada de Pontão na estrada de acesso de Silveiras a Baldios -----

Relativamente a esta proposta o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata de um Protocolo para reconstrução de um pontão que permita o trânsito de viaturas naquele local, sendo que a Câmara Municipal participará a totalidade da verba e a União de Freguesia fará a gestão da execução da obra. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

4º. Ponto – Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Intervenção de Pavimentação e Drenagem na Rua dos Lavadouros em S. Geraldo. -----

Neste ponto, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de um Protocolo para pavimentação de um pequeno troço em S. Geraldo, em que a Câmara Municipal também participará o valor total envolvido na intervenção e a União de Freguesias ficará responsável pelo acompanhamento da obra. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

5º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Manutenção do Largo de São Francisco em Montemor-o-Novo -----

Quanto a esta proposta o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal informou tratar-se de um Protocolo no valor cinquenta e sete mil trezentos e setenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos, valor que será participado na sua totalidade pelo Município, sendo que a União de Freguesias irá assumir a gestão e acompanhamento da intervenção. Informou que o projeto para esta obra foi feito pelos técnicos da Câmara Municipal e refere-se à pavimentação de um pequeno espaço de rua, ainda em terra batida, em frente ao Arquivo Municipal. -----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, para esclarecer que a área a pavimentar será apenas o Largo de S. Francisco, ou seja o espaço até à Rua de Angola. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

6º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Construção de passeio na Rua Feliciano Lopes Galvão em Cortiçadas de Lavre -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal salientou que se trata de uma proposta de Protocolo idêntico ao anteriores, no valor de três mil setecentos e trinta e um euros e vinte cêntimos, o qual será participado na sua totalidade pela Câmara Municipal, ficando a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre responsável pela fiscalização e acompanhamento da obra. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

7º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Construção de passeio na Rua 1º. de Maio em Cortiçadas de Lavre -----

Relativamente a esta proposta de Protocolo o senhor Vice-Presidente esclareceu que se trata de um Protocolo nos mesmos moldes dos anteriores já aprovados, no valor de sete mil quinhentos e setenta e nove euros, em que a Câmara Municipal irá participar o valor total mesma e cuja fiscalização e acompanhamento serão da responsabilidade da referida União de Freguesias. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

8º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Poda de árvores e recolha de resíduos verdes -----

Relativamente a esta proposta de Protocolo o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata da poda de árvores e recolha de resíduos verdes na freguesia de Foros de Vale de Figueira, mas por falta de meios próprios da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia ficou responsável pelo recrutamento de uma empresa creditada para a execução do serviço, assim como do acompanhamento. Este Protocolo apresenta o valor de mil duzentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos e a Câmara Municipal fará a participação total do valor do serviço. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----



9º. Ponto – Declarações ao abrigo da Lei nº8/2012 (LCP) – Pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2020 (para conhecimento) -----

Este documento não foi sujeito a votação. Não houve nenhum pedido de esclarecimentos por parte dos eleitos. -----

10º. Ponto - Declarações ao abrigo da Lei nº8/2012 (LCP) – Compromissos Plurianuais (para conhecimento) -----

Este documento não foi sujeito a votação. Não houve nenhum pedido de esclarecimentos por parte dos eleitos. -----

11º. Ponto - Declarações ao abrigo da Lei nº8/2012 (LCP) – Recebimentos em atraso – 2020 (para conhecimento) -----

Este documento não foi sujeito a votação. Não houve nenhum pedido de esclarecimentos por parte dos eleitos. -----

12º. Ponto - Proposta de prorrogação das Medidas Preventivas da Zona Industrial da Adua -----

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal afirmando que a proposta diz respeito a um pedido de prorrogação do prazo das medidas preventivas da Zona Industrial da Adua, pelo período de mais um ano, tendo em conta que ainda se encontra a decorrer a revisão do Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo e o prazo terminava no próximo dia vinte e um de março. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor dos eleitos pela CDU(16), pelo PS(9) e pelo CDS-PP(2) e uma abstenção da eleita pelo PSD -----

13º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Neste ponto interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para dizer que o nosso concelho passou momentos bastantes complicados, no âmbito da Pandemia deixando um agradecimento a todos aqueles que estiveram na linha da frente no apoio aos que mais precisaram, desde os profissionais de saúde, bombeiros e trabalhadores do Município. A Câmara Municipal disponibilizou desde a primeira hora todo o apoio possível, no sentido de dar a resposta a todas as situações mais complicadas, como foi o caso da instalação da ZCAP, numa parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, no fornecimento de EPI'S às Instituições Sociais, no pagamento da recolha de lixos contaminados por empresas especializadas nas IPSS com surtos e no apoio de refeições em algumas IPSS que ficaram impossibilitadas da sua confeção. -----

Apesar de hoje os números serem bastante mais baixos, deixou o apelo para que cada um continue a cumprir as regras da DGS, porque a Pandemia ainda não acabou. -----

Foi criado, em conjunto com o Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, o Centro de Vacinação instalado no Pavilhão do Parque de Exposições, Mercados e Feiras, encontrando-se já a funcionar com todas as condições necessárias, verificando-se, no entanto, a falta de vacinas. -----



Em resposta à questão colocada sobre a falta de equipamentos informáticos para as escolas, informou que a Câmara Municipal disponibilizou os equipamentos possíveis. Quanto ao problema da falta de cobertura de rede em algumas zonas do concelho, referiu que considera que é uma questão mais complicada de resolver. -----

Relativamente à questão colocada pelo eleito do CDS-PP, António Xavier, no que respeita à existência de amianto na Escola EB 2,3 de S. João de Deus, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que nada teve a ver com os valores apresentados pelo governo para a remoção do mesmo. Informou que decorreram reuniões com a senhora Secretária de Estado e com a DGESTE, sempre manifestando o ponto de vista da autarquia. Por parte dessas entidades foi assumido o compromisso de ser remetido ao Município o projeto de execução da referida escola, o que não aconteceu. -----

No início deste processo, esta escola não estava referenciada como contendo amianto. Nunca foi afirmado pelo Município que não se pretende que a cobertura seja retirada, pelo contrário, mas consideramos que aquela escola tem outro tipo de problemas de maior gravidade, necessitando sim de uma requalificação de fundo, possibilitando todas as condições dignas para quem ali estuda e trabalha. Reforçou a intenção do Município para debater, com a entidade competente, que tem a gestão da escola uma solução para uma requalificação total e não só o amianto. -----

Informou ainda, após uma recente visita realizada à Escola Secundária, que a Câmara Municipal deu conhecimento a quem de direito do estado de degradação dos tetos das várias salas de aula na Escola Secundária, situação bastante lamentável, uma vez que a escola foi remodelada recentemente e desde o primeiro dia que tem problemas de infiltrações. -----

No que respeita à questão que envolve a Escola Ofício das Artes (OFA), referiu que há alguns meses atrás a Câmara Municipal informou sobre a sua posição quanto a esta temática. Ainda antes da extinção da OFA decorreram várias reuniões com vista a se encontrar um entendimento entre todas as partes, acrescentado que todos conhecem a origem desta situação. Acrescentou que não se devem fazer comparações entre esta questão e outras questões que envolveram outras associações do concelho, que a câmara ajudou a ultrapassar. -----

Este executivo sempre tem afirmado que o caminho mais correto para uma solução é o encaminhamento para os tribunais para decisão e, oxalá, que os mesmos decidam a favor dos executados, para a Câmara Municipal lhes pagar, cumprindo a sua decisão. A Câmara não terá, assim, qualquer problema em pagar se o Tribunal assim o decidir. ---- Toda esta situação não foi, de modo algum, criada pela Câmara Municipal. Já decorreram na Câmara Municipal várias reuniões entre as partes e respetivos juristas, não se conseguindo chegar a nenhum entendimento. Afirmou ainda que o edifício está a ser utilizado pelos serviços da Câmara Municipal. -----

Relativamente à recomendação apresentada pela eleita do PSD, senhora Sónia Ramos afirmou que aceita algumas críticas feitas pelos eleitos da Assembleia relativamente ao estado da Ecopista. Referiu ainda que têm acontecido ali muito atos de vandalismo e que não é verdade que não se tem feito qualquer manutenção. Existem muitas questões de difícil resolução, não se tem conseguido falar com alguns dos proprietários. Informou que através do Programa LIFE Lines e em parceria com a



Universidade de Évora têm decorridos diversas iniciativas, como a colocação de novos arbustos. -----

Foi estabelecido um acordo entre os Municípios do distrito de Évora que têm Ecopista e a CIMAC, no sentido de criar uma rede de Ecopistas e na sequência deste Protocolo todas as intervenções são realizadas em parceria com a CIMAC, sendo esta a gestora do espaço. -----

Informou que no que respeita à Estratégia Local de Habitação, a empresa responsável pela sua execução já enviou o documento, o qual está, neste momento, a ser revisto pelos serviços municipais, prevendo-se a curto prazo a sua aprovação em reunião de Câmara e posteriormente apreciada na sessão da Assembleia Municipal a realizar no mês de abril. Destacou, como principais objetivos deste programa: garantir a igualdade de oportunidades no acesso a uma habitação adequada, promover a inclusão social das famílias com menores recursos e sem capacidade de acesso ao mercado livre da habitação, fixar e atrair novos residentes nomeadamente os mais jovens, qualificar o parque habitacional e promover a sua plena ocupação e contribuir para a coesão territorial. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto para dar resposta a algumas questões colocadas pelos eleitos. -----

No uso da palavra o senhor Vereador Gil Porto esclareceu que os sete écrans interativos adquiridos, através de um procedimento na Plataforma, tiveram como destino as sete salas afetas à EB1- N.º1 e trata-se de um procedimento no valor de catorze mil euros e vão substituir os projetores e quadros interativos existentes nas mesmas, uma vez que se percebeu ser uma solução muito mais económica. Esta substituição teve início nesta escola, porque serem os equipamentos mais antigos, seguir-se-ão depois outras escolas. -----

Informou que foi feita a substituição de todos os equipamentos de impressão da Câmara Municipal e relativamente aos quais foi feito um único contrato de manutenção, com validade de três anos, com vista à redução do número de impressões e conseqüentemente de custos. Alguns dos equipamentos foram cedidos ao movimento associativo, uma vez que se verificavam necessidades em algumas associações do concelho e os restantes foram para reciclagem. -----

Referiu-se seguida a um outro procedimento relacionado com o Programa SMEIA, no âmbito da Estratégia Alimentar. Trata-se de um Projeto que decorre em parceria com diversas associações do concelho e que envolve várias ações, serviços e também a população em geral, como são o caso do KM 0 e as ações de divulgação de produtos locais, como a bolota e a cebola roxa, sempre com o objetivo da promoção dos produtos e dos produtores do concelho. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado para afirmar que sabendo o Município dos problemas existentes na Escola Secundária, quer em termos de salas de aulas ou outros, não tomou qualquer tipo de atitude. Na sua opinião, a situação do amianto na escola tem de ser resolvida o quanto antes. Questionou o senhor Vereador Gil Porto sobre que apoio foi dado pelo Município, às escolas, em termos de *hardware*. -----

Voltou a solicitar o uso da palavra o eleito senhor Augusto Pascoal questionando a Câmara Municipal sobre qual a razão porque não aceita a constituição do Tribunal Arbitral. -----

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que as escolas não são da competência das Câmaras Municipais e o que o Município fez foi alertar para a situação a quem tem a responsabilidade de atuar. Reforçou a posição do executivo sobre o facto de que a Escola EB2,3 de S. João de Deus necessitar de muitas mais intervenções, para além da remoção do amianto. -----

Quanto à questão que envolve a Escola Ofício das Artes afirmou que, por parte da Câmara Municipal, já houve várias tentativas para se tentar um acordo, mesmo ainda antes da Escola ser extinta. -----

Em resposta ao eleito senhor Augusto Pascoal, reafirmou que a Câmara não contestará seja qual a decisão tomada pelo tribunal. Acrescentou ainda que já lhe foi dado conhecimento do motivo pelo qual não aceita a constituição do Tribunal Arbitral, posteriormente decorreram diversas conversas telefónicas entre o jurista do Município e os advogados representantes dos lesados, no entanto nada se concluiu. -----

Pediu a palavra o senhor Augusto Pascoal para dizer que não lhe foi explicada a razão porque não era aceite o Tribunal Arbitral. -----

Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para dizer que as afirmações do eleito senhor Augusto Pascoal não correspondem totalmente à verdade, uma vez que foi remetida pela Câmara Municipal um conjunto de documentação que descreve a posição e o entendimento sobre a questão do Tribunal Arbitral. -----

Pediu para usar da palavra o eleito pelo CDS-PP, senhor Luis Machado salientando que os eleitos também já estiveram na Escola Secundária e verificaram a existência desses problemas e que já tinham apresentado estas questões em sessões anteriores. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto para responder a algumas questões sobre os estabelecimentos de ensino. -----

No uso da palavra o senhor Vereador Gil Porto informou que a Câmara Municipal colocou à disposição do Agrupamento de Escolas cerca de cinquenta e dois equipamentos, o qual fez a gestão e distribuição dos mesmos. Uma vez que alguns dias chegaram, por parte do Ministério idêntico número de equipamentos, esses equipamentos foram distribuídos pelas salas de aulas afetas ao primeiro ciclo. -----

Salientou que o Governo foi dizendo durante sete meses que as escolas não iriam encerrar e quando decidiu o seu encerramento, as escolas não estavam preparadas. Deveriam ter sido enviados para o nosso concelho cerca de mil, quinhentos e cinquenta computadores e até ao momento enviaram apenas noventa e três. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Augusto para apresentar um protesto, porque não conseguiu apresentar devidamente o documento, teve inúmeras interrupções, até ao facto de lhe ter sido cortada a palavra, considerando ser uma situação inaceitável. --

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e um. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal

Sandra Matias

Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica

Helena Basilisa Rodrigues